

Acompanhei, há pouco, a reunião do Colégio de Líderes, com todos os líderes desta Casa, presidida pelo Deputado Rodrigo Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa. Após muita discussão e entendimentos, conseguimos viabilizar, a priori, a votação desse importante Projeto nº 775, de 2004, que trata dos combustíveis.

Por que reputo este momento, como de grande significação para a Assembléia Legislativa? Há uma pressão muito grande da população no sentido de que este projeto seja votado, com os aperfeiçoamentos que foram acrescidos pelos Deputados, através das emendas - e para isso existe o mecanismo da emenda aglutinativa.

Esse é o nosso papel. A população tem esperado e tem cobrado dos Deputados. A população, parece que é o Parlamento que não quer votar, que é o Parlamento que engavetou o projeto. Mas não é verdade. A demora, às vezes, justifica-se quando se tentam construir melhorias nos projetos, melhorias nas leis que vamos aprovar para que toda a sociedade seja beneficiada. Sempre disse que o interesse público tem que estar acima de qualquer outro tipo de interesse.

Este projeto é de suma importância para a população do nosso Estado, tendo em vista que vai punir aqueles que causam danos aos consumidores e aos cofres públicos, cometendo crime. Aqueles que sonegam, que misturam uma série de produtos ao combustível, prejudicando o consumidor e os cofres públicos, têm que ser punidos de uma forma exemplar pelo Estado.

A partir do momento em que se chega a um entendimento para que se vote este projeto - até amanhã, provavelmente, ou até quinta-feira, no mais tardar, a Assembléia dará uma demonstração de grandiosidade, de que efetivamente busca aquilo que a população espera de nós: a defesa dos interesses da sociedade acima de qualquer outro tipo de interesse.

Utilizo este tempo, em nome do PMDB, para saudar a movimentação da Casa no sentido de que possamos apresentar um resultado positivo para a nossa população, criando um mecanismo legal para se punir o bolso daqueles que sonegam, daqueles criminosos que prejudicam os consumidores.

Quantas pessoas vão a postos de gasolina, abastecem seus carros com combustível batizado e, metros depois, ficam parados, criando danos aos veículos e sendo até vítimas de furtos e roubos porque, muitas vezes, têm que parar em lugares ermos. Isso sem falar no interior, onde em muitas estradas temos um posto a cada 50 quilômetros. O infeliz do cidadão, acompanhado da família, que abastecer o seu veículo num desses postos, vai ter 50 quilômetros à frente sem outro posto. E essa pessoa ficará, fatalmente, à beira da estrada, sem nenhum tipo de segurança e à mercê de outros criminosos.

Assim, humildemente, em meu nome e no do PMDB, saúdo o Presidente Rodrigo Garcia, por ter sabido conduzir essa reunião de líderes, e também os líderes, por construírem esse entendimento e possibilitar que votemos rapidamente este projeto, mostrando à população que a Assembléia, efetivamente, está cumprindo o seu dever constitucional, ou seja, legislar a favor do interesse público.

Muito obrigado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na eleição de 2002, o candidato do PT foi o Sr. José Genoíno. Se não me engano, ele perdeu as eleições. Não foi José Genoíno quem venceu as eleições de 2002. Fiquei imaginando, fiquei refletindo, fiquei meditando: quanta pretensão da Bancada Petista em apresentar a proposta alternativa para a crise da Cesp!

Essa proposta é de governo: essa proposta é de quem tem o governo nas mãos. Propõe a Bancada do PT a tal da “holding”. O Deputado Roberto Felício defende essa proposta alternativa e o faz com convicção, até porque pertence à Bancada Petista.

É como se fosse um presente de Natal. Todo mundo sabe que essa proposta não vai vingar, já que ela não foi discutida com a sociedade, não foi discutida com os sindicatos - se foi, foi com parte. Mas apresentou a proposta, fez jogo de cena, convocou a imprensa e apresenta a proposta alternativa como a solução mandraquiana. E alardeia, e provoca, dizendo que esta é a única via, este é o único caminho.

Não vão faltar Deputados para desfilr nesta tribuna, para defender...
* * *

- Manifestação nas galerias.
* * *

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, gostaria de invocar o Regimento Interno, que diz que as galerias não podem apupar ou aplaudir Deputados na tribuna.

Como dizia, se alguns gostam de ser iludidos, gostam de ser enganados, gostam de ouvir o canto das sereias, o problema não é nosso.

Temos uma proposta aqui. É boa? É ruim? É única, plausível. É apresentada pelo governo legítimo deste Estado. É apresentada por quem ganhou as eleições, por quem está preocupado com o destino do Estado.

Não dá para fazer demagogia barata em cima de uma empresa como a Cesp. Não dá para aceitar que ainda existam crédulos no mundo que acreditam em Papai Noel. Estamos na iminência de sofrer uma crise nacional e internacional. Os clarins no horizonte anunciam que a indecisão desta Casa pode gerar prejuízo não só para o Estado, mas para a União.

E a bancada petista arranca do saco de presentes, arranca da caixa de mágicas a proposta alternativa para a crise da Cesp.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que este é mais um engodo que não vai resolver a situação da Cesp. (Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE - RODRIGO GARCIA - PFL - Peço aos que se encontram nas galerias que aguardem o fim da manifestação do Deputado que está na tribuna, por favor.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Quero dizer à galeria que o respeito que temos pelos senhores tem de ser o mesmo respeito que os senhores têm por nós. Essa é a democracia. Essa é a maneira de viver neste País. É assim que ficaremos para a história.

O SR. NIVALDO SANTANA - PCdoB - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, acabamos de realizar uma reunião no Colégio de Líderes onde, entre outros assuntos importantes, conseguimos avançar no sentido de privilegiar o debate de um projeto de lei que tem como objetivo caçar a inscrição dos postos de gasolina que, de maneira fraudulenta, usam combustíveis adulterados para venda para toda a população usária.

Consideramos que este projeto, que está no estágio mais desenvolvido de discussão e mais próximo de um consenso, deveria constar do item 1º da Ordem do Dia. Os impactos deste projeto junto à sociedade foram devidamente debatidos e analisados com bastante equilíbrio e propriedade pela Assembléia Legislativa. A nossa opinião é que foi uma decisão justa do Colégio de Líderes.

Em relação ao projeto do Governador que visa dar continuidade ao processo de privatização no Estado de São Paulo, colocando agora no corredor da morte a CTEEP, não houve acordo, até porque nós, que integramos a bancada de oposição, somos contrários a este caminho que o Governo pretende adotar, pois o remédio amargo da privatização não curou a doença que pretendia curar, que era o grande endividamento do Estado e teve como contrapartida negativa a piora em todos os indicadores das empresas privatizadas. (Manifestação nas galerias.)

Se fizermos um balanço do que significa o setor elétrico na atualidade, com o aumento abusivo nas tarifas, com a diminuição da qualidade dos serviços prestados, com a demissão em massa de trabalhadores e técnicos dessas empresas, com a diminuição dos investimentos, com a remessa de lucros para as matrizes localizadas no estrangeiro, chegaremos à conclusão de que, embora a maioria governista tenha conseguido aprovar o famoso PED - Programa Estadual de Desestatização, o tempo e a vida mostraram que este caminho foi um caminho equivocado.

Por isso é pertinente, é responsável e necessária a construção de um caminho alternativo que preserve a CTEEP enquanto empresa pública, enquanto empresa estatal, e procure criar as condições para resolver o gigantesco endividamento da Cesp.

A política simplificada, reducionista e equivocada do governo de usar como único remédio para enfrentar dívida de curto prazo da Cesp a privatização da CTEEP mostra que o Governo, além de incorrer nos mesmos e graves erros anteriores, tem uma administração que não tem criatividade e capacidade para descobrir posicionamentos alternativos. Por isso achamos válido e legítimo o esforço de se procurar uma alternativa que ataque os dois problemas essenciais: a preservação da CTEEP e o equacionamento da dívida da Cesp.

Na nossa compreensão, não tem como esta Assembléia Legislativa acelerar o debate do projeto de privatização da CTEEP. Temos, sim, de discutir alternativas; temos, sim, de dar um crédito de confiança a todos aqueles que conseguiram elaborar uma proposta global estruturante, que é uma solução efetiva e duradoura para o problema e não uma meia-sola furada que é essa proposta do Governo. Era esse o pronunciamento do PCdoB. (Manifestação nas galerias.)

O SR. EDSON GOMES - PFL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero cumprimentar os amigos de Ilha Solteira que estão nas nossas galerias e comparecem em peso à nossa Casa.

Quero render as minhas homenagens a esses bravos paulistas e brasileiros que construíram um dos maiores complexos hidrelétricos do mundo. Começaram em Jupia, Ilha Solteira, Água Vermelha e Três Irmãos. Portanto, quero cumprimentá-los pelo trabalho e pela contribuição que deram para o desenvolvimento de São Paulo e do Brasil.

Parabéns. Que Deus ilumine a todos vocês.

O SR. PEDRO TOBIAS - PSDB - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero cumprimentar o Colégio de Líderes, pois chegamos a um acordo para votar o projeto de lei sobre os postos de gasolina.

Todos sabem que o Brasil, em especial São Paulo, está perdendo dinheiro por conta de falcaturas e contrabando de gasolina. Trata-se de um projeto do Governo do ano passado e hoje chegamos a um acordo no Colégio de Líderes. Acredito que amanhã iremos votá-lo.

Os usuários estão perdendo com a gasolina adulterada. O consumidor está pagando alto para a manutenção do seu carro. Mais do que isso: existe muito contrabando, em especial no Rio de Janeiro, por isso não pagam imposto para São Paulo. E assim perde as Prefeituras, perde o Estado. Perdemos todos.

Cumprimento as lideranças de todos os partidos e o Colégio de Líderes pelo acordo.

Desta tribuna, estímulo todos os Prefeitos do Estado de São Paulo a fazerem um projeto igual a este. Com isso, o posto de gasolina que compra produto adulterado ou contrabandeado poderá ser fechado sumariamente. A fiscalização federal possui 20 ou 30 fiscais da Petrobras ou da Agência Nacional do Petróleo em todo o Estado de São Paulo. Precisamos descentralizar a fiscalização tanto no Estado como no município.

Essa ideia é do próprio Governador, que tem pressa em votar esse projeto, pois São Paulo está perdendo muito dinheiro com o contrabando realizado. Saiu na imprensa, dias atrás, que no Poder Judiciário do Rio de Janeiro tem uma juíza que dá liminar à distribuidora que não paga imposto. O produto chega a São Paulo e não podemos fazer nada. Existem postos na capital que foram multados dezenas de vezes, mas continuam em atividade porque ninguém pode fechar esses estabelecimentos sem a aprovação dessa lei.

Vejo um bom sinal no início desse mandato. O projeto não é para o Governador, nem é para a sua cidade, e eu, como representante do Governo, do PSDB, nesta tribuna, cumprimento todos os Deputados. Espero que este projeto seja votado amanhã. Já faz tempo que este projeto está nesta Casa nesse vai-não-vai.

Não é somente este projeto de gasolina que está enroscado. São vários projetos. Espero que as coisas andem mais rapidamente, com discussões. Ganha-se ou perde-se, mas a Assembléia precisa andar.

Este projeto de postos de gasolina que tanto queremos votar estava enroscado desde o final do ano passado até hoje no Colégio de Líderes. Esperamos que amanhã seja votado sem nenhum entrave.

Precisamos mudar o Regimento. Com o atual, nesta Casa, quando há um Deputado que não deseja votar, simplesmente não se vota. O Regimento amarra tudo, pois ele foi feito na época do regime militar, de decoro de prazo. O Governo, de acordo com o seu interesse, se ficava 45 dias sem votar o projeto, acabava virando lei.

Hoje, para se inverter uma pauta, demoramos meses. No Poder Legislativo, na hora da votação, pode-se votar ‘não’, ‘sim’ ou registrar abstenção, que não é contada como quorum, nem como falta. Nunca vi isso em nenhum Parlamento do mundo, nem no municipal, nem no estadual, nem no federal. No Congresso, só pode ser solicitado por um líder, ou uma porcentagem de Deputados. Aqui, qualquer um pode pedir e fazer o que achar melhor para ele. As vezes um Deputado briga com a mulher e vem descarregar aqui, independe de partido. Ou porque não foi bem atendido pelo Secretário, ou por uma assessora de Secretário, vem aqui obstruir.

Assim, o Poder está perdendo o espaço. Não falo só de Deputados, de partido, de grupo político. Todos nós perdemos o espaço na sociedade porque esta Assembléia não anda. Precisamos mudar algumas coisas no Regimento. Senão vamos continuar discursando e filosofando. E a Assembléia, o Poder Legislativo, torna-se cara para a sociedade. Falei sobre isso esses seis anos, mas infelizmente até agora o Regimento não mudou. Era isso que eu queria falar.

Cumprimento o Sr. Presidente, pois S. Exa. conseguiu esse acordo na Liderança para votarmos amanhã este projeto, de prioridade número um do nosso Governador Geraldo Alckmin. O Governador está vendo o desperdício que acontece em São Paulo por causa do contrabando, com a adulteração dos combustíveis.

Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA - PMDB - PARA COMUNICAÇÃO - Gostaria de cumprimentar o ilustre Deputado Rogério Nogueira pelo seu aniversário no dia de hoje. Receba os nossos parabéns.

O SR. PRESIDENTE - RODRIGO GARCIA - PFL - Nobre Deputado Rogério Nogueira, receba os cumprimentos de todo o Poder Legislativo de São Paulo.

Vamos passar à Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - RODRIGO GARCIA - PFL - Srs. Deputados, proposições em regime de urgência. Há sobre a mesa o seguinte requerimento: “Sr. Presidente, requeiro nos termos regimentais que a disposição dos itens da Ordem do Dia seja alterada, da forma a seguir transcrita: que o Item 4 passe a figurar como Item 1; que o Item 2 passe a figurar como Item 2; que o Item 14 passe a figurar como Item 3, renumerando-se os demais itens.” Assina o Deputado Renato Simões, Líder do PT.

Em votação. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 1 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 775, de 2004, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes dos estabelecimentos que comercializem combustível adulterado. Com 02 emendas. Pareceres nºs 5 e 6, de 2005, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Administração Pública, favoráveis ao projeto e contrários às emendas. Parecer nº 7, de 2005, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e às emendas, com subemenda. Com 08 emendas e 01 substitutivo apresentados nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno. Parecer nº 64, de 2005, do Congresso das Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Finanças, favorável à emenda de nº 4, à 5 com subemenda e contrário às demais emendas e ao substitutivo. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

Srs. Deputados, inscrita para discutir a favor, tem a palavra a nobre Deputada Maria Lúcia Prandi, pelo tempo regimental de 30 minutos.

A SRA. MARIA LÚCIA PRANDI - PT - Pronuncia discurso que, por depender de revisão do orador, será publicado oportunamente.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - VINICIUS CAMARINHA - PSB - O pedido de V. Exa. é regimental, antes, porém, a Presidência convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje. Em face do acordo entre as lideranças, a Presidência dá por levantados os nossos trabalhos. Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 08 minutos.

* * *

Atos Administrativos

ATO DA MESA

DE 8/4/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, RESOLVE :

Artigo 1º - A COMISSÃO DE EVENTOS será constituída por 01 (um) Coordenador Executivo e por 01 (um) servidor representante de cada uma das unidades abaixo relacionados, sem prejuízo das funções inerentes a seus cargos:

- SERVIÇO TÉCNICO DE CERIMONIAL;

- ASSISTÊNCIA POLICIAL MILITAR;

DA SECRETARIA GERAL COMUNICAR:

- DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO;

- DIVISÃO DE IMPRENSA;

- SERVIÇO TÉCNICO DE EDITORAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA;

- DIVISÃO DE RÁDIO E TV;

- DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL;

DA SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO:

- SERVIÇO TÉCNICO DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS;

- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS;

- SERVIÇO TÉCNICO DE ENGENHARIA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO.

Artigo 2º - À referida Comissão de Eventos competirá prestar todo o auxílio necessário à realização dos diversos eventos na Casa, agendados pelo Gabinete da Presidência, pelo Serviço Técnico de Cerimonial, pela Secretaria Geral Parlamentar pela Secretaria Geral de Administração.

Artigo 3º - Caberá ao Gabinete da Presidência a designação do Coordenador Executivo da referida Comissão de Eventos.

Artigo 4º - Após a indicação dos servidores que comporão a citada Comissão, a Secretaria Geral de Administração fará publicar no Diário Oficial a relação de seus integrantes.

Artigo 5º - Este Ato entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se o Ato nº 44/2003, da Mesa. (Ato nº 08/2005);

DESPACHOS DA SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DE: 8.4.2005

DEFERINDO, com fundamento no Ato nº 23/2002, no Processo Rg nº 3294/04, a solicitação formulada por FRANCINE SUELLEN PICARDI DE OLIVEIRA, Rg nº 25492163-2;

DEFERINDO, com fundamento no Ato nº 23/2002, no Processo Rg nº 3179/04, a solicitação formulada por LUIZ ANTONIO TADEUS DA SILVA, Rg nº 9056491;

DEFERINDO, com fundamento no Ato nº 23/2002, no Processo Rg nº 2737/05, a solicitação formulada por MARCO ANTONIO DE SALLES, Rg nº 14245432;

INDEFERINDO, no Protocolado nº 1261/05, a solicitação formulada por SUELI APARECIDA BONINI MISTURI, Rg nº 6604218, por falta de amparo legal;

INDEFERINDO, no Protocolado nº 1430/05, a solicitação formulada por CELINA FERNANDES DE CASTRO, Rg nº 12683624-3, por falta de amparo legal;

DESPACHOS DA DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

O DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DIVULGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE PROMOÇÃO - 2004, JÁ EFETUADOS OS DESEMPATES

AUXILIAR LEGISLATIVO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS NÍVEL I

Obs.: Número de servidores a serem promovidos para o nível imediatamente posterior: 07

	nome	matricula	nota	Grau	Desempate
01	EDISON MARTINS DA CUNHA	16344	49	A	54 horas
02	CARLOS ALBERTO ABE	16319	47	A	40 horas
03	MARIA ANGÉLICA PATEZ BROCCO	16429	44	A	30 horas
04	MARCOS ANTONIO LAWALL	15084	44	B	20 horas
05	IARA LAUER DO AMARAL	12459	43	C	47 horas
06	MARIA DAS GRAÇAS FRANCO	4175	42	A	06 horas
07	SONIA MARIA SILVA FERNANDEZ	6672	39	D	30 horas
08	LOURDES DA CRUZ MARACCI	7017	37	C	12 horas
09	PEDRO ALVARO VIEIRA RODRIGUES	15153	36	A	285 horas
10	ÁLVARO LUIZ DE SOUZA	8732	36	C	20 horas
11	EDSON RAFAEL DE SOUZA	8723	35	D	02 horas
12	MARIZA AMADEU VALVERDE	8602	32	D	06 horas
13	ANA MARIA SOBO PRÁ	6894	31	C	10 horas
14	JOSÉ CARLOS RAMOS	8247	30	E	20 horas
15	TERESINA MAGALHÃES	7806	27	D	02 horas
16	DIRCE ALVES	8735	25	C	80 horas
17	MAURO SERGIO TOSTES DE SOUZA	15144	AUSENTE	A	
18	MARCIO MAGNO DE CARVALHO	15093	AUSENTE	B	
19	ZILDA VIANA DE ANHAIA	8653	AUSENTE	C	
20	FRANCELINO JOSÉ DA SILVA NETO	16372	AUSENTE	A	
21	PATRICIA DOS SANTOS	13939	AUSENTE	A	

AUXILIAR LEGISLATIVO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS NÍVEL II

Obs.: Número de servidores a serem promovidos para o nível imediatamente posterior: 06 (seis)

	nome	matricula	nota	Grau	Desempate
01	JOSÉ PIGATTO	15097	48	A	40 horas
02	LEVI ESPANGUER	6653	48	C	03 horas
03	MARIA CRISTINA SILVEIRA DAS DORES	12300	46	C	47 horas
04	MEIRE EMÍ TOMO	8534	44	D	30 horas
05	ANTONIO CARLOS TORRES CRAVO	8341	42	C	20 horas
06	MARIA DA GLÓRIA COHEN	12301	42	B	05 horas
07	RITA DE CÁSSIA REZENDE	12315	42	C	02 horas
08	SANDRA CRISTINA MOUTSPOULOS	12316	41	B	08 horas
09	OHSAMU TAMAKI	15126	39	B	20 horas
10	PONCIANO ALVES BEZERRA	8337	38	E	04 horas
11	MARIA FERNANDES DE MORAES	6687	37	C	02 horas
12	RAUL CARDOSO	8663	35	D	20 horas
13	THAIS HELENA DE O. RIBEIRO DA SILVA	8678	34	E	06 horas
14	FÁTIMA ELIZABETH MATEUS	6758	32	C	20 horas
15	MARIA HILDA GLÓRIA	8666	25	D	04 horas
16	LOURIVAL RODRIGUES DOS SANTOS	12877	9	C	03 horas
17	GLÓRIA GOMES	8683	AUSENTE	C	
18	ALZIRENE LOPES RIBEIRO	8643	AUSENTE	D	
19	SAMUEL DOS SANTOS	8207	AUSENTE	C	
20	MARIA APPARECIDA VIEIRA DE JESUS	11161	AUSENTE	B	

AUXILIAR LEGISLATIVO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS NÍVEL I

Obs.: Número de servidores a serem promovidos para o nível imediatamente posterior: 02 (dois)

	nome	matricula	nota	Grau	Desempate
01	ANDERSON DE OLIVEIRA	13554	47	B	2h e 45m
02	EDGARD FERREIRA GONÇALVES	13577	42	A	30 horas
03	LUIZ RENATO GOMES	13593	38	C	24 horas
04	ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA GONÇALVES	13565	AUSENTE	A	
05	EDUARDO GINESI DA SILVA	10833	AUSENTE	B	
06	LILIA BERNADETTE MONDUZZI IKEZUME	13246	AUSENTE	B	
07	MIGUEL ROBERTO HERNANDES COLHADO	13288	AUSENTE	B	

Obs.: Número de servidores a serem promovidos para o nível imediatamente posterior: 03 (três)

	nome	matricula	nota	Grau	Desempate
01	RENE LUIZ MODA	13136	40	B	20 horas
02	ROSA MARIA DOS SANTOS NACARINI	14043	29	A	360 horas
03	MARCO ANTONIO HATEM BENETON	13149	26	A	84 horas
04	ANA LÚCIA FERREIRA DE CARVALHO	13140	AUSENTE	A	

AGENTE LEGISLATIVO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS NÍVEL I

Obs.: Número de servidores a serem promovidos para o nível imediatamente posterior: 09 (nove)

	nome	matricula	nota	Grau	Desempate
01	TÚLIO DE SOUSA RODRIGUES	15087	49	A	20 horas